



Conselhos Municipais e Redes de Política: uma análise das redes sociais dos conselheiros da cidade de Campinas/SP

Caroline Angulo Ramos*, Wagner de Melo Romão.

Resumo

Desde a ampliação dos espaços institucionais de participação por meio da Constituição de 1988, muitos estudos têm sido realizados a respeito dos conselhos gestores de políticas públicas, sejam eles no âmbito municipal, estadual ou federal. Os conselhos se constituem, para além de uma mudança do ponto de vista constitucional e de uma ampliação da participação institucional da sociedade civil, enquanto um locus político permeado de relações sociais. Dessa forma, a pesquisa aqui referida teve por objetivo compreender quem são os conselheiros na cidade de Campinas/SP na atualidade (2018-2019), estabelecendo um perfil sociopolítico desses indivíduos, de modo que nos permita saber os vínculos dos mesmos com partidos políticos, outras formas de atuação política e acesso a mecanismos de controle social sobre os governos. A partir dos dados extraídos desse perfil, buscamos elaborar a rede de políticas dos conselheiros municipais, por meio da análise de redes sociais (ARS) estabelecidas entre estes e os atores estatais externos ao conselho.

Palavras-chave:

Participação, conselhos municipais, análise de redes sociais.

Introdução

Desde a ampliação dos espaços institucionais de participação por meio da Constituição de 1988, muitos estudos têm sido realizados a respeito dos conselhos gestores de políticas públicas, sejam eles no âmbito municipal, estadual ou federal. Considerou-se nesta pesquisa que, para além de uma mudança do ponto de vista constitucional e de uma ampliação da participação institucional da sociedade civil, os conselhos se constituem enquanto um locus político permeado de relações sociais, nos quais estão em jogo interesses não somente das entidades que os membros representam, mas a possibilidade de articular, através de comunidades políticas, interesses individuais dentro desse espaço. Desse modo, esta pesquisa teve por objetivo compreender quem são os conselheiros na cidade de Campinas/SP durante a gestão 2018-2019 e, ao abandonar uma visão normativa e dicotômica entre sociedade civil e Estado, buscou analisar as redes sociais estabelecidas entre os atores estatais externos e os conselheiros municipais, assim como os vínculos destes com partidos e outras formas de atuação política.

Resultados e Discussão

A parte inicial da pesquisa contou com uma revisão bibliográfica, abrangendo os temas sobre conselhos municipais, participação política, análise de redes sociais e relações entre sociedade civil e sociedade política. A bibliografia indicou que os conselhos não são isolados do resto da vida política e estão fadados à permeabilidade, visto o caso de alguns conselhos gestores de políticas públicas de Curitiba¹, no qual revelou-se que cada setor possuía conexões externas e canalizavam suas demandas para atores estratégicos; ou mesmo em relação ao conselho do orçamento participativo de Osasco², no qual a maioria dos conselheiros, principalmente filiados à partidos políticos, consideram essas instâncias participativas como locais

de visibilidade e buscam atuar nas mesmas como uma forma de acesso à sociedade política.

Concomitantemente, verificamos o funcionamento dos conselhos previamente estipulados no site da prefeitura. A partir desta verificação, selecionamos 30 conselhos e enviamos uma carta de solicitação para cada um deles. Apesar de 13 conselhos aceitarem responder ao questionário, o projeto não foi aprovado a tempo pelo Comitê de Ética, o que comprometeu a parte empírica e a validade da pesquisa.

Conclusão

Apesar do resultado da pesquisa ter sido comprometido pela demora da aprovação por parte do Comitê de Ética, a bibliografia nos possibilitou observar a importância dos conselhos enquanto locus de atuação política da sociedade civil. Na medida em que é um espaço fadado à permeabilidade, os conselhos podem representar um meio estratégico na vida dos conselheiros, uma vez que estes têm a possibilidade de dialogar com instituições políticas tradicionais e estabelecer uma rede de políticas, no sentido de que é possível constituir uma relação de interdependência entre conselheiros e atores estatais externos aos conselhos.

Agradecimentos

Agradeço ao PIBIC/UNICAMP por darem suporte para a execução desta pesquisa e possibilitar que a mesma fosse realizada. Dedico os meus agradecimentos, também, ao meu orientador, Wagner de Melo Romão, por acompanhar passo a passo desta pesquisa e por toda a ajuda e palavras de incentivo nos momentos que as dificuldades apareceram.

¹ FUKS, M.; PERISSINOTTO, R. M. & SOUZA, N. R. (orgs.). 2004. Democracia e participação: os conselhos gestores do Paraná. Curitiba: UFPR.
² ROMÃO, W. 2011. Conselheiros do Orçamento Participativo nas franjas da sociedade política. Lua Nova, nº 84, p. 219-244.